

HABEAS CORPUS Nº 570.108 - MG (2020/0078251-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : NAIGUEL CRISTIAN GOMES E OUTRO
ADVOGADOS : NAIGUEL CRISTIAN GOMES - MG184810
PEDRO LUIS DE SA FERNANDES - MG185758
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JOAO VICTOR AVELINO MADEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOAO VICTOR AVELINO MADEIRA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

O paciente se encontra em em cumprimento de pena de 14 anos e 08 meses de reclusão, atualmente em semiaberto.

Os impetrantes requerem a concessão da ordem, liminarmente, para que seja concedida a progressão antecipada, bem como prisão domiciliar, ainda que mediante monitoramento eletrônico, expedindo alvará de soltura, tendo em vista a necessidade de se estabelecer medidas de prevenção à infecção e propagação do Coronavírus (COVID-19), notadamente nos estabelecimentos prisionais.

Afirmam que o paciente conta com proposta de emprego na Cidade de Timóteo/MG, já tendo sido autorizado a desempenhar trabalho externo, contudo, a liberação do sistema prisional se encontra suspensa, motivo pelo qual o apenado não exerce as atividades laborativas.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. **1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente